

# E abre-se o Congresso



A reunião das lideranças na Câmara: clima de cordialidade.



Ulysses Guimarães (esquerda) a Sarney: fim das discriminações.



Partidos de oposição: reunidos antes de falarem com Marchezan.

enovado profundamente após o 15 de novembro, o Congresso abre hoje, com sessão solene às 15 horas, sua 47ª Legislatura. Durante a cerimônia, a ser presidida pelo presidente da Casa, o senador pedessista Nilo Coelho, será lida a mensagem presidencial, como é de praxe todos os anos.

A mensagem será levada ao Congresso pelo ministro da Casa Civil da presidência, Leitão de Abreu, e a expectativa é de que ela aborde mais os temas políticos, ao contrário do pronunciamento de Figueiredo à Nação, que se deteve basicamente nos aspectos econômicos (leia nas páginas 6 e 7). Encerrando a sessão, Nilo Coelho fará um discurso e, a seguir, os presentes serão convidados para um coquetel no salão negro do Senado.

O clima ontem, em Brasília, era completamente diferente dos últimos três meses. O movimento tomou conta do Congresso e, além de um significativo número de senadores e deputados, todos os líderes partidários estavam na cidade. Diversas reuniões foram promovidas, a primeira delas logo às dez horas da manhã, entre as lideranças oposicionistas, à qual se juntou, uma hora e meia depois, o líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan.

Grupos de deputados e senadores se faziam e desfaziam durante todo o dia pelos salões, e as moças que servem o cafezinho tiveram um trabalho muito grande. Mas por volta das 17 horas, quando o presidente Figueiredo falou ao País pela tevê, todos procuraram um lugar para vê-lo. Os líderes oposicionistas na Câmara até receberam um convite de Marchezan para verem Figueiredo em seu gabinete, com direito a tevê colorida.

## Muitos planos

Já nesta primeira semana estarão delineadas as linhas de ação mais imediatas dos partidos. Ontem, por exemplo, nas duas reuniões de líderes, prevaleceu a convicção de que a pretendida CPI do PT para investigar as atividades do SNI está praticamente "fora de cogitação", o mesmo ocorrendo com a CPI para apuração das causas da morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. Admite-se, porém, a criação da CPI sobre a Capemi.

Os líderes do PMDB, PT, PDT e PTB reuniram-se no gabinete da deputada e presidenta nacional deste último, Ivete Vargas, passando depois para o gabinete do presidente da Câmara, Flávio Marçílio, onde encontraram Marchezan. Na pauta, a distribuição das comissões técnicas, a criação de CPIs e normas para atuação em plenário.

Os encontros foram marcados pela cordialidade, embora em certo momento tenha surgido uma desavença entre o líder do PT, Airton Soares, e o do PDS. Mas sem maior gravidade. Segundo se soube, Marchezan procurou convencer a oposição de que o PDS criaria duas CPIs, o PMDB duas e a última permitida ficaria para um dos três pequenos partidos. Soares entendeu que Marchezan estava agindo como censor e houve uma rápida

## Deputados e senadores passaram o dia em reuniões, preparando-se para a reabertura do Congresso que acontece hoje à tarde com a esperada mensagem política do presidente Figueiredo.

discussão entre ambos, logo contornada.

Mesmo assim, não houve nenhuma decisão. Freitas Nobre, o líder do PMDB, informou que as duas CPIs de seu partido deverão ser definidas amanhã, durante reunião da bancada. Em princípio, o partido deverá propor uma CPI para a dívida externa e o empréstimo do FMI, e outra para investigar os episódios envolvendo o BNH e a Delfin.

A oposição não se interessou em saber quais seriam as CPIs do PDS, mesmo porque, na opinião de Freitas Nobre e Airton Soares, não há razão para que o PDS crie órgãos de investigação parlamentar, que devem ser instrumentos da oposição e não interessam ao governo.

Quanto à CPI dos pequenos partidos, as lideranças do PDT, PT e PTB vão discutir. Ivete Vargas, do PTB, acha que a CPI deve investigar a política salarial, incluindo o decreto-lei do presidente da República que altera a lei salarial e o FGTS.

## Parlamentarismo

Também ontem, mas em Porto Alegre, o presidente do PDS gaúcho, deputado federal Victor Faccioni, anunciou que ainda em março apresentará no Congresso uma emenda constitucional implantando o sistema parlamentarista de governo, sob o qual deverá atuar já o sucessor de Figueiredo. Para o deputado, o parlamentarismo é a única maneira de estabilizar o regime democrático, dando às instituições "flexibilidade para enfrentar os abalos das crises políticas".

Faccioni argumentou ainda com os inconvenientes que vê no sistema presidencialista em vigor: "O presidencialismo leva a uma concentração real de vasto campo de poder nas mãos de um só homem, o qual, por mais inclito que seja, pode ser sucedido, ao sabor dos resultados eleitorais, por alguém que faça mau uso das prerrogativas de que está investido".

Ele entende que "o parlamentarismo cria verdadeiramente a responsabilidade dos governantes perante os governados". E justifica a adoção do parlamentarismo com o momento difícil que o País atravessa, que nos leva a pensar em alternativas institucionais que permitam um verdadeiro aperfeiçoamento democrático como conclusão do processo de abertura preconizado pelo presidente Figueiredo".

Esta emenda, a rigor, já foi apresentada no ano passado, quando foi juntada a várias outras em tramitação. Mas elas acabaram não sendo votadas porque, no entender de Faccioni, era um ano eleitoral,

com outras prioridades. Agora o deputado acredita que conseguirá inclusive a assinatura de dois terços dos congressistas, o que dará a sua emenda prioridade de tramitação.

## Emenda Benevides

Foi, também, um dia cheio para os presidentes nacionais do PMDB e PDS — Ulysses Guimarães e José Sarney. Ambos se reuniram para discutir sobre a emenda Benevides, que restabelece eleição direta para prefeitos das capitais. Sarney prometeu reunir a comissão executiva nacional do PDS para tomar uma decisão sobre a matéria.

Ulysses aproveitou o encontro para reivindicar, de Sarney, o fim das discriminações ao governo do Pará no tratamento das verbas do salário-educação e também a abolição da prática de nomeações de prefeitos *pro tempore* (nomeados sem consulta ao governo estadual) nos municípios considerados "de segurança nacional".

O presidente do PMDB reiterou que seu partido apóia a emenda Benevides, considerando "discriminatória" a subemenda do deputado paulista Armando Pinheiro, que deixa a critério das Assembleias Legislativas o restabelecimento da eleição direta para as capitais. Ulysses deu um exemplo: "Seria antidemocrático os habitantes de Fortaleza deixarem de eleger o prefeito e os de São Paulo poderem fazê-lo".

Outro ponto sobre o qual aparentemente não se atingirá facilmente a concordância é a questão da prorrogação dos mandatos dos diretórios partidários, acompanhada a distância mas atentamente pelo Palácio do Planalto. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por exemplo, já anunciou que proporá na primeira reunião da bancada que seu partido se manifeste contra a pretendida prorrogação dos mandatos: "Não podemos nem devemos conversar sobre prorrogação. É uma iniciativa com a qual o PMDB não pode compactuar".

E o senador Albano Franco (PDS-SE), depois de se declarar contrário a qualquer tipo de prorrogação, ressaltou que é necessário ampliar-se o prazo para a eleição dos diretórios por pelo menos um ano, para que, como disse, sejam superadas as cicatrizes surgidas durante a campanha eleitoral. Frisou ser contra a prorrogação por quatro anos: "É muito tempo. Creio que dentro de um ano poderemos realizar as convenções. Até lá, os partidos estarão consolidados das feridas abertas".

Já Ulysses Guimarães preferiu falar pouco sobre a proposta do deputado Nilson Gibson (PDS-PE), segundo a qual caberia ao diretório nacional de cada partido fixar normas para a organização dos diretórios municipais, regionais e nacional — promovendo a renovação ou autorizando a prorrogação dos mandatos dos atuais dirigentes. Ulysses só observou que o PMDB já tem uma decisão a respeito: marcou eleições nos diretórios municipais (julho), regionais (novembro) e nacional (dezembro).



Os dirigentes do PDS e o ministro Venturini: aproximação governo/políticos.